



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)  
DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E PLANEJAMENTO (DEGEP)  
DIVISÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DICOL)

<b>Grupo de Trabalho para Desenvolvimento de Atividades de Regularização Fundiária (GT- REFUND)</b>		<b>ATA DE REUNIÃO Nº 01/2023</b>
<b>Data: 25.01.2023</b>	<b>Horário: 11h</b>	<b>Local: Reunião Híbrida</b>

Estiveram presentes na reunião, realizada de forma híbrida, os seguintes participantes:

- **PRESENCIALMENTE:**

Juiz **João Luiz Ferraz de Oliveira Lima** – Juiz Auxiliar da Corregedoria;  
Dra. **Arícia Fernandes Correia** – Procuradora do Município do Rio de Janeiro;  
Dr. **André Hermann Tostes** – Procurador do Município do Rio de Janeiro;  
Sr. **Murilo Gonzalez Peres** - representante da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB);  
Sr. **Bruno Pereira Alves de Queiroz** – representante da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro;  
Sr. **Cláudio D’Elia** - representante da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro;  
Sra. **Rosane Holender Barbosa** – representante da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB);  
Sr. **Sérgio Ávila Doria Martins** – representante da Associação dos Registradores de Imóveis do Rio de Janeiro (ARIRJ);  
Sr. **André Luís Gomes Peixoto** – representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SMPU);  
Sra. **Jucivane Moreno Ferreira** – representante da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB);  
Sra. **Lorena Novaes Ferreira** – representante da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB).

- **VIRTUALMENTE** *(Através do Microsoft Teams):*

Juíza **Daniela Bandeira de Freitas** - Juíza Auxiliar da Presidência;  
Dra. **Viviane Silva Santos Tardelli** – representante da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro;  
Dr. **Fábio Santos Macedo** – Procurador do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ);  
Dr. **Walter Elycio** – Defensor Público e representante do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ);  
Sra. **Maria Emília Ururahy** – Diretora da Escola de Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro (ENOREG/RJ)  
Sr. **Adelino Bornelli Neto** – coordenador da Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização Urbanística.  
Sr. **Alexis Mendonça Cavichini** – delegatário do 4º RGI;

Sr. **Jorge Carvalho Borges** – representante da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB);

Sr. **Luis Cláudio** - representante do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

O **Juiz Auxiliar da Corregedoria João Luiz Ferraz de Oliveira Lima** inicia a reunião às 11h27min, cumprimenta a todos e, em seguida, apresenta o Grupo de Trabalho à **Juíza Daniela Bandeira de Freitas**, solicitando aos membros que façam um breve panorama dos trabalhos desempenhados ao longo do biênio, bem como as perspectivas e projetos a serem desenvolvidos para o próximo. Elucida que a criação de Grupos de Trabalho que atuam no âmbito da regularização fundiária, é de cunho nacional e cita o discurso de posse do **Ministro Luis Felipe Salomão** (Superior Tribunal de Justiça) que mencionou a importância da existência de iniciativas para a regularização fundiária nos tribunais do país.

Ato contínuo, transmite a palavra à **Juíza Daniela Bandeira** que agradece a todos e destaca a importância do Grupo de Trabalho, colocando-se à inteira disposição para que os membros exponham seus projetos, perspectivas e tratativas para a regularização fundiária.

**Juiz João Luiz Ferraz** transmite a palavra ao **Sr. Murilo Gonzalez Peres**, representante da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB), que informa estar em contato com a Associação Brasileira de COHABs e Agentes Públicos de Habitação (ABC) com o intuito de parcerias que, futuramente, possam integrar o Grupo. Ressalta, inclusive, que a CEHAB tem logrado êxito com parcerias com a Prefeitura do Rio de Janeiro, tanto na área fazendária quanto na área urbanística. Em seguida, **Sra. Rosane Holender**, representante da Diretoria de Operações Imobiliárias da CEHAB, agradece a oportunidade de participar do Grupo e informa que em um período de quatro meses, em 2022, foram realizadas 3.500 titulações e a CEHAB terá como meta para o ano de 2023 cerca de 10.000 mil titulações em imóveis de Conjuntos Habitacionais legalizados. Para os não legalizados, onde haverá necessidade de REURB, a meta também será a de 10.000 titulações.

Em seguida, **Sr. Luis Cláudio**, representante do ITERJ, informa a todos a perspectiva de buscar 72000 titulações e regularizações. Destaca o êxito das ações em conjunto com os integrantes do GT e, com base na Lei n.13.465/17, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, informa que o ITERJ tem outorgado o termo de reconhecimento de posse e moradia como instrumento preliminar, mas com a garantia que o Estado continue com a regularização, representando, até o presente ano, 10.500 documentos outorgados. Informa, inclusive, que recentemente o ITERJ celebrou um termo de cooperação junto a CEHAB para a regularização das ocupações informais.

Ato contínuo, **Dr. Fabio Macedo**, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, saúda a todos e destaca a boa atuação do GT em destravar burocracias para efetivação da regularização fundiária.

Em seguida, **Dra. Viviane Tardelli**, representante da DPGE, informa que espera realizar outros mutirões em locais que carecem da atuação da Defensoria Pública. Solicita que a Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro faça um diagnóstico do que se pretende fazer em termos de regularização para os próximos anos, para que a Defensoria forneça o apoio necessário.

**Sr. Bruno Queiroz**, coordenador de regularização urbanística e fundiária da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, ressalta o bom entrosamento da Secretaria e os cartórios do Município através de iniciativas do Grupo. Informa que o diagnóstico da Secretaria está em fase de elaboração. Em seguida, ressalta que já foram expedidos os primeiros termos de reconhecimento de moradia, documento preliminar que identifica que a pessoa está na posse de seu imóvel, podendo comprovar a existência do projeto de regularização.

**Sr. André Luis Peixoto**, representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SMPU), saúda a todos e destaca o avanço significativo com a parceria com os delegatários dos cartórios através do Grupo. Informa, inclusive, sobre a revisão do Plano Diretor de Sustentabilidade do Rio de Janeiro dentro da SMPU, fato que abarca toda a legislação referente ao zoneamento, uso e parcelamento do solo.

Ato contínuo, **Juiz João Luiz Ferraz** transmite a palavra ao **Dr. André Tostes**, Procurador do Município do Rio de Janeiro, que destaca a grande colaboração solidária e produtiva do GT, facilitando a comunicação dos diversos órgãos que trabalham sobre o mesmo objetivo: a oficialização da regularização fundiária permanente.

Em seguida, **Dra. Arícia Fernandes**, Procuradora do Município do Rio de Janeiro, ressalta que em 2022, a legislação resultante do Grupo de Trabalho viabilizou o destravamento das titulações das primeiras transferências da CEHAB. Ressalta, inclusive, a honra de fazer parte deste Grupo de Trabalho pela importância do legado institucional realizado.

A palavra é transmitida ao **Sr. Sérgio Ávila**, representante da Associação dos Registradores de Imóveis do Rio de Janeiro (ARIRJ), que ressalta o entusiasmo com o Grupo desde o início e menciona a existência de 30 milhões de imóveis irregulares em todo o país. Destaca a construção de soluções do Grupo para a titulação de diversas famílias e o ensejo de entregar a titulação para cerca de 300 mil habitantes do Rio de Janeiro em 2023. Ressalta, inclusive, que o novo Código de Normas da Corregedoria acolheu a proposta de prever a CRF simplificada, para que o Estado e a União, possam titular o CRF nos casos onde não há nenhuma pendência urbanística ou nos casos de REURB meramente titulatória.

Em seguida, **Juíza Daniela Bandeira** agradece a todos e solicita que os membros do GT elenquem objetivamente os seus projetos concretizados e os que estão em andamento e lhes envie através do e-mail [degep.dicol@tjrj.ius.br](mailto:degep.dicol@tjrj.ius.br), para conhecimento do que tem sido trabalhado, com intuito de priorizar os projetos de maior urgência.

Ato contínuo, **Juiz João Luiz Ferraz**, salienta a possibilidade de apoio junto à ENOREG para que sejam elaborados cursos dentro da temática da regularização fundiária

com o intuito de capacitar delegatários. **Sra. Maria Emília**, Diretora da ENOREG, comunica a todos a intenção da ENOREG em realizar cursos sobre os temas propostos no GT para os cartórios do Rio de Janeiro.

**Sr. Luis Claudio**, representante do ITERJ, solicita que na próxima reunião a CEHAB traga as informações referentes ao Conjunto Habitacional em Pavão-Pavãozinho, bem como o delegatário do 5º Ofício para tratativas de regularização. **Juiz João Luz Ferraz delibera que sejam convocados, para comparecimento presencial na próxima reunião, os delegatários do 5º, 6º e 8º RGI. (Deliberação 01 e 02)**

O **Juiz João Luiz Ferraz de Oliveira Lima** encerra a reunião às 13h35min agradecendo a presença de todos e informa que a próxima reunião do GT ocorrerá no dia 08 de março às 11h. (Deliberação 03)

**Juiz Auxiliar da Corregedoria JOÃO LUIZ FERRAZ DE OLIVEIRA LIMA**

Coordenador do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento de Atividades de Regularização Fundiária (GT – REFUND)

	Deliberação	Responsável	Prazo
1	Trazer informações sobre as tratativas de regularização do Conjunto Habitacional em Pavão-Pavãozinho.	CEHAB	Próxima Reunião
2	Autuar a presente Ata, encaminhando o Processo SEI ao novo Coordenador do GT para análise da proposta de convocação dos delegatários do 5º, 6º e 8º RGI.	DICOL	Após a nova composição do GT
3	Expedir convite para a reunião designada para o dia 08 de março de 2023.	DICOL	Após a nova composição do GT